

Despenalizar o aborto, sem demoras Por uma nova lei aprovada na AR

Sete meses após a realização das eleições legislativas mantém-se o aborto clandestino, não obstante a existência na Assembleia da República de uma maioria absoluta do PS e da maior maioria de sempre de partidos que se afirmam pela despenalização do aborto.

E porquê?

Porque o PS (com o apoio do BE) opta por referendar, em vez de despenalizar o aborto na Assembleia da República.

Em Julho passado, o PS, inviabilizada que foi a sua proposta de realização do Referendo, procedeu a apressadas alterações à lei do Referendo (alargando datas possíveis para a sua realização) e a uma forçada interpretação do regimento da Assembleia da República, o que lhe permitiu, num espaço de cinco meses, fazer aprovar uma nova proposta de realização de Referendo.

Tal não foi o entendimento do Tribunal Constitucional. Este, a pedido do Presidente da República, considerou que se tratava da aprovação de uma segunda proposta de realização de Referendo numa mesma sessão legislativa, o que não pode suceder.

Face à inviabilização das suas duas propostas, o Secretário-Geral do PS, Eng^o José Sócrates, refugiando-se no cumprimento de uma promessa eleitoral, continua a insistir na proposta de realização de Referendo.

**Em torno da
realização
de um Referendo
PS e BE criaram
falsas
expectativas**

SE O CRIME ESTÁ NA
LEI, CONDENE-SE O
GOVERNO!

O PS mantém o flagelo do aborto clandestino

Ao invocar a promessa eleitoral de realização de Referendo, o PS pretende escamotear de que o seu compromisso junto das portuguesas consiste na despenalização do aborto e no fim do aborto clandestino.

O PS opta, assim, por colocar a sua maioria absoluta de deputados e deputadas na Assembleia da República como cúmplices de uma lei penal que trata as mulheres como criminosas, uma lei recuada relativamente à generalidade dos países da União Europeia e que ignora as recomendações internacionais nesta matéria.

**Aborto clandestino:
Uma violência sobre
as mulheres**

Mais uma vez, pela voz do Eng^o Sócrates, o Partido Socialista vem criar falsas expectativas de realização de Referendo (agora em Setembro de 2006), cuja convocação depende de outro órgão de soberania – o Presidente da República.

**Aborto clandestino:
nada mudou após as
eleições legislativas**

PS e BE bloqueiam na AR a resolução do problema do aborto

Convergingo sempre com o PS, a postura política do BE tem sido pautada pela sede de mediatização e de auto-promoção a propósito das questões do aborto, numa atitude sobranceira e de permanente "zig-zag", ora a favor do Referendo, ora a favor da aprovação de uma lei na Assembleia da República.



ELES SÃO OS RESPONSÁVEIS

Foi o BE que, junto de cidadãos e cidadãs, criou a falsa expectativa de que, dando o passo de transformar o Referendo na reivindicação central dos que no campo democrático estão pela despenalização do aborto, se estariam a criar as condições para um mais rápido êxito na luta pela despenalização do aborto em Portugal.

Tal facto não obrigou a maioria parlamentar do PSD/CDS-PP a realizar o Referendo. E, no presente, é uma importante ajuda ao Partido Socialista, que encontrou na prioridade de realização de Referendo

uma "saída airosa" para continuar a fugir às suas responsabilidades políticas de fazer aprovar uma lei na Assembleia da República.

As manobras do PS e do BE transformam a AR num travão à despenalização do aborto em Portugal, o que na prática coincide com a postura da anterior maioria parlamentar do PSD/CDS-PP.

Partidos que, derrotados nas últimas eleições legislativas, conseguem uma importante vitória no seu objectivo de sempre – a manutenção do aborto clandestino em Portugal.

Aborto clandestino e eleições presidenciais

Num momento em que se concretizam novos adiamentos no que diz respeito ao aborto clandestino, merecem destaque as declarações de Manuel Alegre em defesa da posição do Eng^o Sócrates e da direcção do PS. Uma posição que mostra a sua falta de consistência e coerência, bem visível na contradição entre a imagem de esquerda e de afirmação de coragem que quer dar e a postura de abdicação e de falta de princípios, que hipoteca a resolução do problema do aborto clandestino e a legitimidade da AR pôr fim a este flagelo, fazendo aprovar uma nova lei.



As diferenças estão à vista

Em contrapartida, Jerónimo de Sousa, candidato à Presidência da República, declarou ser necessário dar prioridade ao fim do aborto clandestino e ao papel que deve ser exercido pela Assembleia da República, ao mesmo tempo que afirmou que o problema do aborto deve fazer parte do debate das eleições presidenciais.

Por uma nova lei até ao final do ano

O PCP, como sempre, continuará a lutar para mudar a lei na Assembleia da República até ao final do ano, sem prejuízo de considerar necessário que o actual Governo tome as medidas necessárias para pôr fim às interpretações restritivas que são feitas pelos serviços de saúde no que concerne às causas já previstas na lei e tome medidas visando a comercialização em Portugal da Ru486 e a garantia de uma maior acessibilidade às consultas de planeamento familiar e aos métodos contraceptivos.



DE/PCP - Nov. 2005

